

REDES SOCIAIS, ALGORITMOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL: QUESTÕES DE ENUNCIÇÃO NA ERA DIGITAL

SOCIAL NETWORKS, ALGORITHMS AND SOCIAL RESPONSIBILITY: ENUNCIATION ISSUES IN THE DIGITAL AGE

DOI 10.70860/ufnt.entreletras.e19229

Lucia Teixeira¹
Mariana Coutinho²

Resumo: O artigo analisa transformações enunciativas de discursos produzidos na era digital, por meio de abordagem semiótica de algoritmos e da enunciação nas redes sociais. Investiga o papel dos algoritmos nesse cenário, considerando-os conjuntos de enunciados que regulam o funcionamento das redes e promovem interações entre usuários e estímulos à produção dos discursos online. Discute desdobramentos dos papéis de enunciador e enunciatário, com a proposição do conceito de protoenunciador para definir a rede social como ente discursivo englobante primeiro que delega vozes a seus usuários-enunciadores e delimita seus enunciados mediante escolhas, coerções e padrões que marcam suas dinâmicas de funcionamento.

Palavras-chave: algoritmo; redes sociais; enunciação; protoenunciador; análise semiótica.

Abstract: The article analyzes enunciative transformations of discourses produced in the digital age, through a semiotic approach to algorithms and enunciation in social networks. It investigates the role of algorithms in this scenario, considering them sets of utterances that regulate the functioning of networks and promote interactions between users and stimuli to the production of online discourses. It discusses the unfolding of the roles of enunciator and enunciatee, with the proposition of the concept of proto-enunciator to define the social network as a discursive entity that encompasses the first that delegates voices to its users-enunciators and delimits their utterances through choices, coercions and patterns that mark their functioning dynamics.

Keywords: algorithms; social networks; enunciation; proto-enunciator; semiotic analysis.

Não há por que lamentar que a exuberância de dados e a mistura de linguagens tenham feito ruir uma ordem ou um solo comum que era apenas para poucos. O risco está em que a viagem digital errática seja tão absorvente que leve a confundir a profusão com a realidade, a dispersão com o fim do poder, e que a admiração impeça que se renove o assombro como caminho para um outro conhecimento.

Canclini, 2008, p.16

Introdução

¹ Doutora em Linguística e Semiótica, professora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, Pesquisadora Visitante do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pesquisadora do CNPq. luciatso@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-9519-8827>

² Doutora em Estudos de Linguagem. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF com bolsa CNPq. marianacoutinho16@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3486-4571>

Dois projetos de pesquisa fundamentados na semiótica discursiva se encontram neste texto: o primeiro trata da definição de uma semiótica do espaço digital³; o segundo, de manifestações artísticas na rede Tik Tok⁴. Um dos interesses comuns desses projetos é produzir uma compreensão semiótica do funcionamento dos algoritmos, constantemente associados a actantes ou a papéis actoriais de comando das ações dos internautas em seus movimentos na internet, em virtude de sua associação a um fazer-fazer que se apresenta ao usuário das redes como um dever-fazer. A epígrafe de Canclini serve aqui como anúncio das inquietações que marcam ambos os projetos: como contribuir para uma semiótica que possa analisar os mecanismos invisíveis e indecifráveis ao senso comum que gerenciam a vida nas redes, absorvem a atenção dos usuários e automatizam muitas de suas ações e reações, ocultando-lhes a fonte de poder que as comanda e regula?

Neste artigo, pretende-se fazer frente ao desafio de pensar numa semiótica “à altura de uma sociedade transformada pelo digital”, que seria aquela capaz de “abandonar tanto a abordagem metafórica da navegação quanto a abordagem que se prende aos limites da página-tela, da escrita e do texto.” A estrutura em rede da web faz dela “um arquiobjeto difícil de apreender, porque não se pode segmentá-lo como se faz com um texto.” Não é possível, assim, tomar, para a internet, a narratividade, o texto ou a imagem como paradigmas, porque tais categorias de análise semiótica “se estilhaçam diante da interdependência dos objetos na web” (Bertin; Granier, 2019, p.326).

Mais que uma questão teórica, a reflexão sobre o poder dos algoritmos nos coloca num contexto sócio-histórico em que recebemos boa parte de nossa informação por meio de redes concentradas em três grandes companhias – Meta (Facebook e Instagram), Google (YouTube) e ByteDance (TikTok), que faturam em um dia mais do que alguns países produzem durante o ano. Os responsáveis por tais conglomerados de comunicação discutem com as esferas de poder institucionalizadas, fazem política, polemizam em busca de audiência e de seguidores, fazem e desfazem relações, criam mitos, estabelecem autoridades e as destituem num piscar de olhos, ou melhor, numa sequência de cliques. Toda contribuição da ciência que possa não só explicar o funcionamento das redes mas também intervir no debate social sobre suas ações é necessária e urgente diante desse quadro. Por um lado, é preciso compreender o funcionamento dos apelos e da influência das redes, formulando bases teóricas e metodológicas, por exemplo, para

³ Projeto “Para uma semiótica do espaço digital”, da autora 1, com bolsa de produtividade em pesquisa CNPq.

⁴Projeto “As artes plásticas nas redes sociais: práticas semióticas do Tik Tok e do Instagram”, da autora 2, desenvolvido com bolsa CNPq de pós-doutorado.

incorporar as métricas que comandam as interações nas redes sociais. Por outro lado, é necessário dar relevo ao papel das ciências da comunicação, à linguística, aos estudos semióticos de modo geral por sua capacidade de pôr a linguagem no centro do pensamento sobre qualquer tipo de troca social e investigar os regimes de interação nela propostos, contrapondo-se assim a um pensamento tecnicista e tecnológico que vem esmaecendo a qualidade intersubjetiva da comunicação, atribuindo autonomia aos cálculos, algoritmos e programas que “fazem o que querem”, “aprendem a se retroalimentar e tomam decisões próprias” e “não podem mais ser controlados” – apenas para citar alguns enunciados que circulam socialmente. A atribuição desse tipo de poder autônomo aos algoritmos acaba por fortalecer a impossibilidade de responsabilizar as redes pelo que nelas circula. Este artigo tratará, mais adiante, da constituição espessa e, ao mesmo tempo, difusa dos sujeitos envolvidos nas comunicações em redes, que fortalece, em vez de dissolver, a ideia de uma instância enunciativa de poder. Para começar, entretanto, propomos uma análise preliminar do funcionamento discursivo dos algoritmos.

1 Os algoritmos

Pierre Lévy (2013) fala da necessidade de que as ciências humanas sejam “críticas e visionárias” diante dos novos avanços tecnológicos dos meios digitais. Do ponto de vista crítico, será preciso escapar dos slogans panfletários que atribuem à internet força de religião. A internet, diz ele, “não é nem um ator, nem uma fonte de informação, nem uma solução universal, nem um modelo” (Lévy, 2013, p.12). Discute cada uma dessas aproximações para mostrar que o caráter hipercomplexo, fragmentado, dispersivo e múltiplo da comunicação nas redes não faz da internet apenas um acúmulo de grandes bancos de dados interpretáveis por análises estatísticas. E arremata:

Como se a seleção dos conjuntos de dados, a escolha das categorias que lhe são aplicadas e a concepção dos algoritmos que os tratam não estivessem baseadas num ponto de vista pragmático, numa hipótese particular e, em resumo, numa teoria! (Lévy, 2013, p. 14).

Ao lado dessa visão crítica, o olhar visionário deve permitir à humanidade, usando seu poder de manipular símbolos, discernir novos problemas e projetar ações, e as ciências humanas de modo geral devem, segundo o autor, “emergir de sua Idade Média epistemológica” diante do mundo digital, devida em grande parte à fragmentação disciplinar, a problemas de

testabilidade de hipóteses e à hiperlocalização teórica que concentra a reflexão teórica em campos muito restritos.

Há um salto no pensamento de Lévy que, em seus livros fundadores de uma análise do ambiente digital (1996), observava que o ambiente digital havia alterado as noções de tempo e espaço, por meio de uma relação entre atemporalidade e ubiquidade. Atribuía a isso o caráter contínuo dos textos produzidos, que teriam perdido limites e fronteiras. Esse era o problema sobre o qual muitos semioticistas se debruçavam nos primeiros trabalhos sobre o funcionamento discursivo das redes: como tratar desse texto contínuo, em que se perdiam a noção de autoria e o controle do tempo e do espaço. Algum tempo depois, no artigo que já citamos, o mesmo autor vai além e afirma que a “revolução digital” não diz respeito apenas às aparências ou ao que pode ser observado, mas ela se refere ao “sistema organizador de nossas percepções, nossos pensamentos e nossas relações”, sendo preciso explorar a “emergência de uma nova episteme” (Lévy, 2013, p.16-17). Diz ainda: “O meio algorítmico reúne e interliga de forma ubíqua tanto as torrentes de dados digitais emitidos pelas nossas atividades como os exércitos de autômatos simbólicos que transformam e nos apresentam esses dados.” (Lévy, 2013, p.16)

Se Lévy sempre tomou o texto digital como um contínuo, com fronteiras pouco nítidas e muitas vezes sem uma clareza de onde um texto termina e outro começa, um patamar analítico mais complexo se configura quando o meio digital passa a ser denominado “meio algorítmico”. No volume incalculável de dados produzidos nas redes sociais, a presença de fatores gerados por cálculos e probabilidades estatísticas ganha corpo e parece incorporar-se definitivamente ao funcionamento discursivo da comunicação.

Já quando se pensava num texto contínuo, com limites frágeis e mutáveis, os algoritmos podiam ser compreendidos como ferramentas de segmentação que pretendiam organizar a leitura e direcionar o usuário. É como se recortassem fatias desse todo de significação online e as disponibilizassem ao usuário em uma ordem determinada para sua fruição, hierarquizando os conteúdos que, de fato, lhe seriam caros. Essa concepção se alarga e os algoritmos ganham cada vez mais presença teórica no discurso dos que pretendem compreender e explicar o funcionamento dos sistemas digitais de comunicação, como o professor do departamento de Comunicação da Universidade de Cornell e pesquisador da Microsoft, Tarleton Gillespie:

Os algoritmos desempenham um papel cada vez mais importante na seleção das informações consideradas de maior relevância para nós, um aspecto fundamental da nossa participação na vida pública. As ferramentas de busca nos ajudam a navegar em

grandes bases de dados ou por toda a web. Os algoritmos de recomendação mapeiam nossas preferências em relação a outros usuários, trazendo ao nosso encontro sugestões de fragmentos novos ou esquecidos da cultura. Eles gerenciam as nossas interações em sites de redes sociais, destacando as novidades de um amigo enquanto excluem as novidades de outro. (Gillespie, 2018, p. 97)

Vendidos muitas vezes pelas plataformas como esquemas matemáticos e automáticos e não discursivos, os algoritmos são lidos pelos usuários como mecanismos neutros, descolados da cultura e de intencionalidade, de caráter puramente técnico. Lévy já apontava, no entanto, nos primeiros trabalhos, que essa era uma interpretação equivocada.

De fato, as técnicas carregam consigo projetos, esquemas imaginários, implicações sociais e culturais bastante variadas. Sua presença e uso em lugar e época determinados cristalizam relações de força sempre diferentes entre seres humanos. (...) Por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade. Portanto, qualquer atribuição de um sentido único à técnica só pode ser dúbia. (Lévy, 1996, p.23-24)

No texto mais recente que já citamos, o teórico vai propor que sejam consideradas exigências culturais, econômicas, técnicas e existenciais para vincular o avanço tecnológico à existência cultural e simbólica da sociedade. O design das experiências técnicas, para ele, “deve considerar a existência corporal, relacional, afetiva e estética dos humanos engajados nos dispositivos de interação técnicos.” (Lévy, 2013, p.17)

A crítica de Lévy parece dirigir-se a um lugar conceitual e teórico em que o saber técnico é incompatível com qualquer subjetividade, estando atrelado a uma concepção de ciência voltada para o rigor e a objetividade. Disso temos exemplo na definição de algoritmo formulada por Greimas e Courtés no **Dicionário de Semiótica** (2012), publicado pela primeira vez em 1979. No verbete, algoritmo associa-se a um conjunto de regras programado, ligado a um saber-fazer e considerado como uma espécie de operador neutro.

Por algoritmo entende-se a prescrição de uma ordem determinada na execução de um conjunto de instruções explícitas para a solução de um certo tipo de problema dado. Na metassemiótica científica, a que se atribui a tarefa de representar o funcionamento de uma semiótica sob a forma de um sistema de regras, o algoritmo corresponde a um saber-fazer sintagmático, suscetível de programar, na forma de instruções, a aplicação das regras apropriadas. Esse saber-fazer que se encontra, nos discursos narrativos de qualquer espécie, sob a forma de um fazer programático (que varia conforme o tipo de competência dos sujeitos operadores e pode culminar em um êxito ou um fracasso) acha-se “neutralizado” pela explicitação de todas as regras e pela instauração de um sujeito operador qualquer, denominado autômato: dispor e utilizar corretamente esse operador neutro é uma das condições da cientificidade. (Greimas; Courtés, 2008, p.26)

A ideia de neutralidade associa-se aqui ao conceito de metassemiótica, termo cunhado por Hjelmslev para tratar das semióticas científicas (matemática, linguística, lógica etc) e à metalinguagem que as constitui. Da mesma maneira, o conceito de “autômato” se vincula à atitude do pesquisador que, para garantir a objetividade da ciência, deveria explicitar o “conjunto dos procedimentos de sua análise” (Greimas; Courtés, 2008, p.47). Segundo ainda o mesmo **Dicionário**, a metassemiótica de que tratamos nós os semioticistas de origem greimasiana seria a “não científica”. De qualquer maneira, o conceito de algoritmo do **Dicionário de semiótica** não se refere ao termo tal como hoje o compreendemos, mas está vinculado a uma discussão sobre o fazer científico, que aparece de modo disperso em alguns verbetes correlatos (autômato, metassemiótica, cientificidade etc). Pode-se, entretanto, reter do conceito do **Dicionário...** a ideia do algoritmo como um enunciado que faz-fazer, um conjunto de instruções que programam a aplicação de regras. Caracteriza-se, assim, como um “discurso científico social” que passa por um crivo coletivo para ser “submetido a uma apreciação epistêmica” (Greimas; Courtés, 2008, p.58).

Também o campo da análise do discurso vem se voltando para a configuração discursiva dos algoritmos. Marie-Anne Paveau assim os define:

Os algoritmos são sequências de instruções que permitem a solução de problemas. Na internet, eles permitem resolver o problema do tratamento da informação, procurando-a, processando-a, classificando-a, hierarquizando-a, etc. Para isso, eles fazem cálculos para produzir efeitos: certas informações aparecerão com mais frequência, ou em melhor lugar do que outras, ou serão mais disseminadas do que outras, ou pelo, contrário, serão invisibilizadas. (Paveau, 2021, p.39)

A identidade digital do usuário, aqui, se reveste de uma parte automatizada e não controlável e, com isso, o algoritmo parece ter funções de um sujeito que faz fazer. A ilusão de subjetividade do mundo digital é, assim, dupla: na verdade, nem o usuário tem controle de seu discurso e seus perfis e nem o funcionamento discursivo dos dispositivos digitais se faz por meio do algoritmo concebido como um poder invisível e tentacular que faria dele um sujeito com total controle do que se faz, diz, propaga e circula nas redes. São essas duas ilusões que os estudos do discurso e a análise semiótica podem examinar para desconstruir.

Os algoritmos são conjuntos de instruções, ou seja, conjuntos de enunciados injuntivos, baseados em cálculos, que regulam o funcionamento das redes sociais, influenciando os perfis, escolhas, compras, opiniões e interações dos usuários. Eles funcionam para agrupar os usuários segundo interesses comuns, gerenciar interações e ainda para imprimir tonicidade às emoções,

o que contribui para impulsionar ideias radicais. Cada rede terá seu conjunto próprio de regras, o que vem criando segmentações de idade, classe, interesses políticos, religiosos, culturais.

Ao desenvolver um conceito discursivo para algoritmo, considerando suas “regularidades” e “determinismos”, Paveau (2021, p.40) remete aos conceitos de formação discursiva de Foucault e Pêcheux, lembrando que Maingueneau os aproxima ao mostrar que as duas formulações do conceito têm em comum “o funcionamento de regras invisíveis” (Paveau, 2021, p.40). Também o semioticista Matteo Treleani (2014), ao estudar os dispositivos digitais e os regimes de interação e de crença que propõem, discute o conceito de dispositivo, considerando o clássico conceito de Foucault, mas sobretudo a leitura crítica que Agamben fez da noção, que resumiremos a seguir.

Agamben mostra que o dispositivo em Foucault tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve numa relação de poder. Constituído por um conjunto heterogêneo que inclui discursos, instituições, edifícios, leis, proposições filosóficas etc, o dispositivo é a rede que se estabelece entre esses elementos, da qual resulta o cruzamento de relações de poder e de saber (Agamben, 2014, p.10-11). O filósofo italiano traça então uma genealogia do conceito em Foucault, vinculando-o a Hyppolite e Hegel. Indo ainda mais longe, o pensador chega aos primeiros séculos da história da Igreja, para trazer à tona o termo grego *oikonomia* e seu correspondente latino *dispositio*, do qual deriva dispositivo. Associa, assim, a origem da concepção de dispositivo em Foucault (1975) a uma herança teológica segundo a qual se chega à fratura “que separa e reúne em Deus o ser e a práxis, a natureza e a operação pela qual ele administra e governa o mundo das criaturas.” E conclui:

O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por que se realiza uma pura atividade de governo sem o menor fundamento no ser. É por isso que os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação. Eles devem produzir seu sujeito. (Agamben, 2014, p.26-27).

Ao lado dessa genealogia que busca compreender o significado do termo *dispositivo*, Agamben lembra “as ‘positividades’ do jovem Hegel e a ideia de “*Gestell* [aparelho] do último Heidegger” e associa todos esses conceitos a uma “economia”, a um “conjunto de práxis, saberes, medidas, instituições, cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar – num sentido utilitário – os comportamentos, gestos e pensamentos dos homens.” (Agamben, 2014, p.28). Esse percurso histórico-conceitual vai permitir ao filósofo formular seu próprio conceito de dispositivo:

Chamo dispositivo tudo o que tem, de uma maneira ou de outra, a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente as prisões, portanto, mas asilos, o *panoptikon*, escolas, a confissão, as indústrias, as disciplinas, as normas jurídicas, cuja articulação com o poder é, em certo sentido, evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e, por que não, a linguagem ela mesma, talvez o mais antigo dispositivo do qual, há muitos milhares de anos, um primata, provavelmente incapaz de se dar conta das consequências que o esperavam, teve a inconsciência de se apoderar. (Agamben, 2014, p.31-32)

Na sequência, o pensador italiano retorna a Foucault que, segundo ele,

mostrou como, numa sociedade disciplinar, os dispositivos visam, por meio de uma série de práticas e discursos, saberes e exercícios, à criação de corpos dóceis mas livres que assumem sua identidade e sua liberdade de sujeito no processo mesmo de seu assujeitamento. O dispositivo é, portanto, antes de mais nada, uma máquina que produz subjetivações e por isso ele é também uma máquina de governo. (Agamben, 2014, p.42)

É a partir dessa conclusão que Agamben vai nos permitir retornar à oposição entre técnica e subjetividade com a qual iniciamos este artigo. Ele exprime de forma clara e contundente sua crítica à fase atual do desenvolvimento capitalista, marcada por “gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos” (Agamben, 2014, p.34), para criticar “os discursos sobre a técnica repletos de boas intenções”:

Eles pretendem que o problema dos dispositivos se reduza ao do bom uso. Esses discursos parecem esquecer que, se um processo de subjetivação (e, em nosso caso, um processo de dessubjetivação) corresponde a cada dispositivo, é totalmente impossível que o sujeito do dispositivo o utilize ‘de maneira correta’. [...] As sociedades contemporâneas se apresentam assim como corpos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação aos quais não corresponde nenhuma subjetivação real. Daí o eclipse da política que supunha sujeitos e identidades reais (o movimento operário, a burguesia etc) e o triunfo da economia, isto é, de uma pura atividade de governo que persegue apenas sua própria reprodução. Também a direita e a esquerda que atualmente se sucedem para gerir o poder têm pouca relação com o contexto político de onde vieram os termos que as designam. Elas hoje nomeiam simplesmente dois polos da mesma máquina de governo (um polo que visa sem o menor escrúpulo a dessubjetivação e um polo que gostaria de recobrir essa dessubjetivação com a máscara hipócrita do bom cidadão da democracia). Daí, sobretudo, a estranha inquietude do poder no momento em que se acha diante do corpo social mais dócil e mais submisso que jamais apareceu na história da humanidade. (Agamben, 2014, p.46-47)

Podemos talvez considerar apocalíptica a concepção de Agamben, mas o fato que queremos destacar aqui é esse mecanismo discursivo de subjetivação e dessubjetivação que, se

faz parte de toda a história das relações sociais fundadas nas linguagens e nos discursos, quando potencializados e atualizados pelos dispositivos, ganha, com todos os fatores que estamos aqui examinando, um papel explosivo nos meios digitais.

A metáfora da explosão traz as ideias de intensidade e extensidade em suas possibilidades de sentido. A força explosiva da quantidade de discursos em circulação em diferentes tempos síncronos e assíncronos, bem como a dispersão fragmentada de seus efeitos na extensão espacial é dirigida, apontada e orientada por esse conjunto de enunciados instrucionais, os algoritmos, força constituinte de um protoenunciador.

Talvez seja mais rendoso pensar com Treleani (2014) que «o poder do digital parece ser justamente o de dar a ver e não se fazer ver». Mas, ainda que considerando isso, para ele a técnica não é «uma instância transcendente que influencia a sociedade do exterior», e a semiótica deve considerá-la como «uma parte ao mesmo tempo constituinte da sociedade e constituída por ela». Ao lado de pensar em como analisar o que não se faz ver, será preciso perguntar: o que não se vê? Será possível, para além de analisar um objeto movente, em fluxo, incompleto e instável, buscar ainda o que não está à mostra, concretamente visível diante dos olhos do analista? Treleani parece referir-se justamente aos cálculos e esquemas que alimentam as redes, sob a forma dos algoritmos dos quais o usuário comum não tem consciência.

O algoritmo pode assim ser pensado como um discurso no sentido de ser um conjunto de regras enunciado, uma espécie de “manual”. Ao mesmo tempo que dita o funcionamento da rede, estabelece o que os sujeitos devem fazer para ter seguidores, promover engajamento, monetizar seu perfil, isto é, difundir seus próprios enunciados no espaço digital em seu máximo potencial. Assim, não adianta apenas postar, enunciar na rede. É preciso construir um discurso que atenda às demandas do algoritmo para que ele seja difundido e, de fato, chegue ao enunciatário.

Esse manual, no entanto, não é fechado e suas regras vão sendo constantemente adaptadas com base nos movimentos dos usuários, uma vez que ele é alimentado pelo chamado “aprendizado de máquina” (*machine learning*). Isso quer dizer que, para além de ser enunciado pelo enunciador, o algoritmo muda de acordo com as interações com os enunciatários, “aprende” com eles sobre suas preferências e o que os mantém online e engajados. As regras que regem as redes, portanto, estão sendo constantemente revistas.

Cada rede social tem sua própria lógica de funcionamento e, assim, seu próprio discurso algorítmico. Essa lógica e esse modo de funcionamento corresponderiam ao que Treleani associa ao “poder de não se fazer ver”. No entanto, como a rede justamente “dá a ver” o grau

de engajamento de um perfil, por exemplo, parece, para o usuário, não existir esse discurso de base, esse discurso que configura a ação social do dono de um perfil.

Para estimular interações sociais, comerciais, pessoais ou acadêmicas, os formatos baseiam-se em números que, por sua vez, são alimentados pelas interações. Esse movimento orientado e transitivo é que constitui a intencionalidade da comunicação em redes criadas na internet, que se voltarão tanto para a expansão do universo de usuários interconectados quanto para o adensamento do volume das relações na rede. Entra em jogo, assim, um aparente emaranhado de estratégias enunciativas que precisa ser examinado cuidadosamente.

2 O protoenunciador

A hipótese de partida para pensar nas estratégias enunciativas desenvolvidas nas redes é considerar uma cadeia de enunciadores que vão debruçando no discurso as vozes que desencadeiam ações e motivam interações. Fontanille já dizia, ao discutir o funcionamento da televisão, que

há uma dimensão estratégica evidente nas mídias, uma vez que seus criadores levam em conta situações concretas nas quais as práticas de uso ocorrem. Se supomos, de fato, que o “espectador” médio assiste à televisão enquanto come, ou enquanto conversa com seus familiares, ou mesmo enquanto anda pelos cômodos da casa, trocando de canais de maneira imprevisível, o criador do programa e da grade de programação deve antecipar a gestão dessas práticas concomitantes e concorrentes, para se assegurar de um mínimo de continuidade da audiência. (Fontanille, 2019, p.252)

As conclusões de Fontanille nos levam a considerar que “a maneira como um suporte material é configurado para controlar as práticas de uso” (Fontanille, 2019) permite pensar na figura sintática de um estrategista que chamamos aqui de protoenunciador.

Para dar conta do emaranhado discursivo – no entanto apreensível, conseqüente e finalisticamente orientado – produzido nas redes será preciso observar a rede enunciativa que ali se constitui, feita de uma sucessiva delegação de enunciações, prevista e estrategicamente orientada por aquele que estamos denominando o protoenunciador.

Se o termo protoactante, proposto por Greimas, não se mostrou rendoso para as análises e não há referência, na bibliografia, de seu emprego para explorar a proposta greimasiana de um termo sintático que englobaria contrários e contraditórios, o termo protoenunciador será pensado aqui em seu significado etimológico, de primeiro enunciador. Ele designa a posição inaugural de um enunciador 1, aquele que abre caminhos e, ao mesmo tempo, os delimita.

Em uma rede social na internet, por exemplo o Facebook, um enunciador primeiro, matriz de todas as possibilidades de interação, define o desenho da página, sua configuração discursiva, os actantes que ali aparecerão, as possibilidades de interação (curtidas, comentários, compartilhamentos etc). É ele quem delimita o tamanho visível dos comentários, o limite de caracteres de uma mensagem, a quantidade de imagens e mesmo, em certa medida, o teor das postagens, além de definir a circulação de perfis e postagens entre os usuários.

Ressalte-se aqui que enunciador é uma posição discursiva, que pode ser preenchida semanticamente por diversos atores, individualmente ou coletivamente, que criam a identidade enunciativa daquela rede e uma orientação discursiva para seu funcionamento. Esse sujeito corresponderia semanticamente ao “sujeito semiótico” que Landowski associou à “identidade de marca” de um jornal, que o constitui como uma personalidade, para além de sua personalidade jurídica:

[...] o jornal é uma empresa que [...] age como coletividade dotada de personalidade jurídica, de um estatuto e de uma razão social [...]. Há mais, porém: o jornal precisa possuir também o que se chama uma imagem de marca, que o identifique no plano da comunicação social. Para lá do simples reconhecimento jurídico, isso implica que uma entidade figurativamente reconhecível tome corpo detrás do seu título: é preciso que o jornal se afirme socialmente como um *sujeito semiótico*. (Landowski, 1992, p.118)

O protoenunciador de uma rede social, por exemplo, inclui, como atores que concretizam figurativamente a posição sintática do enunciador, designers, programadores visuais, comunicadores, estrategistas de marketing, copywriters, os responsáveis pela criação e controle dos algoritmos (cientistas da computação, engenheiros de software, matemáticos, pesquisadores em inteligência artificial, cientistas de dados etc) etc. Essa constituição semântica robusta e mais a sucessão de desdobramentos sintáticos de enunciações possíveis nas redes formam uma rede enunciativa espessa que confere densidade, voz e corpo às operações discursivas que alguns analistas, como Bertin e Granier (2019), chamam de “camada invisível” da internet.

Quando um usuário entra em seu próprio perfil, ele se constitui como “dono” desse perfil e se sente livre, dentro dos parâmetros fixados pelo protoenunciador, para dizer ou comentar o que quiser. No Facebook, ele é instado a responder à pergunta: “No que você está pensando, XXX [nome do usuário]?”. Essa indagação inicial, em tom coloquial, direto e intimista, vai direcionar a criação de conteúdo do usuário. A repercussão de sua postagem, também de cunho autoral, nos comentários, por exemplo, vai encadeando uma sucessão de

enunciados produzidos por enunciadores diferentes, que se opõem ou concordam, discutem, trocam gentilezas e grosserias, numa linha de réplicas e tréplicas potencialmente incontrolável, que se intensifica com a possibilidade de acréscimo de emojis, figurinhas e outros estímulos visuais e sonoros oferecidos pela própria rede, que de certa forma mapeiam as paixões esperadas dos usuários.

O enunciador do perfil (enunciador 2), como o enunciador de qualquer texto, lida com a ilusão de controle de seu discurso, acredita que pode dizer o que quer, discordar, agredir, mentir, concordar, agradar, comprovar, xingar, inventar. A integridade semântica e ideológica desse enunciador 2, que se toma como uma identidade autoral, é, no entanto, também composta por papéis figurativos delegados pela força dos algoritmos e as coerções sociais próprias das redes. Uma postagem de festa de final de ano numa praia prestigiada, com fotos iluminadas pelos fogos de artifício, coloridas, cheias de pessoas sorridentes, brindando felizes, dançando e se abraçando, oculta, muitas vezes, a frustração de um evento em cidade repleta, com falta de água e energia, trânsito impraticável, restaurantes lotados e estrada com engarrafamentos monstruosos. Se, além de tudo, o tempo ficou nublado e a praia não deu certo, a sensação de desgaste, estresse e frustração será tanto maior quanto maior for a necessidade de ocultá-la nas fotos e comentários postados em redes. A exigência de felicidade e alegria, beleza e diversão imposta pelas redes fragmenta o sujeito para incluí-lo em papéis sociais esperados. Se o sujeito no discurso é sempre um outro, a comunicação digital amplia em intensidade e extensidade essa fragmentação.

O enunciatário previsto nessa postagem do enunciador 2 também é fragmentado, múltiplo e, muitas vezes, irreconhecível pelo sujeito que o convida a com ele interagir. Sendo pública a postagem e sendo insondáveis para o usuário comum os mecanismos que fazem circular sua postagem, ela pode ser lida, idealmente, por qualquer pessoa que esteja na rede, porque não depende dele, enunciador da postagem, o controle de sua circulação.

Os comentários, enunciados por enunciadores (enunciador 3, 4, x...) que tanto podem estar incluídos na rede de amigos do enunciador 2 quanto podem, por ação do protoenunciador, que domina o controle das visualizações e compartilhamentos, não estar nessa rede de amigos, adensam um tecido discursivo feito de discordâncias e concordâncias, mais ou menos intensas, que concretizam os embates ideológicos, as polêmicas de gosto ou as disputas de versões em circulação nas redes sociais.

Diferentemente do Facebook, que persuade diretamente o usuário a produzir seu próprio discurso com uma ferramenta de caixa de texto como um dos primeiros elementos de sua página

inicial, o TikTok mostra em seu design que a estratégia do protoenunciador é outra. O usuário pode fazer suas postagens, mas ele é mais instigado a consumir conteúdo como enunciatário de criadores profissionais ou influenciadores digitais. Isso fica claro na tela inicial do aplicativo. Ele abre já apresentando um vídeo “escolhido para o usuário” na aba denominada “Para você” e apresenta a navegação por uma linha do tempo infinita de vídeos, em que se avança não por botões ou links, mas por gestos: o usuário deve arrastar o dedo para cima para passar ao próximo vídeo e para baixo para retornar ao anterior.

A ferramenta de produção de conteúdo é menos convidativa em comparação ao Facebook. O usuário precisa clicar em um botão com o símbolo de “+” no centro da parte inferior da tela. Esse botão já abre uma câmera frontal dentro do aplicativo, sinalizando que, embora seja possível postar uma sequência de imagens, o esperado é que um vídeo seja produzido com o usuário aparecendo diretamente. A limitação de enunciado audiovisual, dessa forma, já cria diversas camadas que podem também limitar quem se sente confortável em publicar nessa rede. A navegação como espectador, por outro lado, é simples e intuitiva.

Assim, cada protoenunciador de rede social direciona, por meio das regras estabelecidas em suas configurações e inscritas no funcionamento de seu algoritmo, como se darão as interações naquele espaço digital. Por mais que os usuários tenham uma margem considerável para a inovação e a adaptação, as ferramentas apresentadas e sua disposição nos sites e aplicativos já geram limitações e apresentam direcionamentos para os discursos que serão produzidos e difundidos.

A rede discursiva inaugurada pelo protoenunciador que projetou papéis e eventos e com isso provocou reações e interações acaba por funcionar, então, como uma explosão discursiva, tanto em suas possibilidades de expansão quanto em seus efeitos de impacto. Como ocorre em toda explosão, os efeitos nem sempre são controláveis e as responsabilidades se diluem nas configurações coletivas de autoria.

Como não tem clareza quanto aos atores envolvidos, muito menos reconhece os papéis sintáticos e semânticos em jogo, o usuário compra a ideia vendida pelas grandes empresas que regulam o mercado das redes sociais de que a rede é um lugar de liberdade e interação, que busca “possibilitar que as pessoas criem comunidades e se aproximem”, que é como a Meta

apresenta sua “missão”⁵, da mesma maneira que a missão do Tik Tok é “inspirar criatividade e trazer alegria”.⁶

Considerações finais

Da mesma maneira que, nos estudos da comunicação, o primeiro desafio para entender as redes sociais em relação aos meios tradicionais de comunicação de massa é a difusão de discurso que passa de um modelo de “um para muitos” para outro de “muitos para muitos”, também para os estudos do discurso um dos principais desafios da era digital relaciona-se às estratégias enunciativas em jogo e à construção dos perfis de enunciador e enunciatário em um cenário com uma multiplicidade de atores em interação.

Com uma profusão tão grande de usuários, os perfis dos enunciadores e enunciatários desdobrados em postagens e comentários de aplicativos como o Facebook e o TikTok são variados, ainda que tendam a uma segmentação de perfis. Mesmo que algumas escolhas e ferramentas disponibilizadas pelos próprios aplicativos já limitem um pouco o público esperado – a predileção por textos longos parece atrair usuários mais velhos para o Facebook, enquanto a produção de vídeos vem captando pessoas mais jovens para o TikTok, por exemplo –, a variedade de perfis ainda é vasta.

Para criar engajamento de públicos tão diversos, há espaço para uma ampla gama de enunciados nessas plataformas virtuais, desde os educativos até os discursos políticos extremistas. Esse espaço, no entanto, é mais limitado do que se mostra, ou melhor, esses discursos apenas existem nesses aplicativos porque lhes é permitido existir. Como salientamos, as redes governadas por algoritmos gozam de um poder de “não se fazer ver” muito conveniente a seus interesses mercadológicos, uma vez que podem se abster das responsabilidades e consequências dos discursos ali difundidos.

A ilusão de um enunciador difuso, ou de uma instância de enunciação distribuída entre várias vozes, cria uma ideia de neutralidade da rede, que é alimentada pela noção de um algoritmo autônomo. Modificado pela interação com os usuários, o algoritmo é vendido pelas plataformas e mesmo por algumas teorias de cunho mais tecnicista como um ente emancipado. Ele é, no entanto, um conjunto de regras estabelecido primeiramente pela rede social e, assim, um discurso produzido, como todo discurso, por uma instância de enunciação, marcada por intencionalidade e pelas interações que prevê, propõe e alimenta.

⁵ Disponível em: <https://about.meta.com/br/company-info/> Acesso em: 9 jan.2024.

⁶ Disponível em: <https://www.tiktok.com/about> Acesso em: 9 jan.2024.

O algoritmo é constitutivo dessa enunciação inaugurada por um protoenunciador e da manipulação que faz os usuários-enunciadores agirem por meio da voz que lhes é delegada no espaço digital. O enunciador nas redes sociais se apresenta de forma espessa (pelo acúmulo) e difusa (pela dispersão) tanto semanticamente quanto sintaticamente. Na semântica, a constituição desse ator que enuncia agrega percursos temáticos de operar, desenhar, ordenar, fazer circular, calcular etc. e pode acumular papéis temáticos de usuário, comentarista, curtidor, mero observador etc. Na sintaxe, os diferentes papéis actanciais desdobram-se e encadeiam-se para desenhar os movimentos sintagmáticos dos atores envolvidos e calcular as interações esperadas. O efeito de dispersão tende a apagar as identidades, enquanto o processo de acúmulo fortalece um efeito de força e atividade. É desse jogo entre esvaziamento e preenchimento que se constitui a unidade de um protoenunciador.

Esse protoenunciador, portanto, consegue camuflar seus papéis de manipulação e de sanção das ações que promove nas redes sociais com dois movimentos: uma constituição difusa mas sintagmaticamente organizada, espessa e cumulativa, que lhe permite, pela dispersão de funções e o sincretismo de papéis, construir a ilusão discursiva de neutralidade, garantida por cálculos matemáticos representados pelos algoritmos. Estes, entretanto, não são seres autônomos, robôs que tomam o poder dos humanos que os inventaram, como nos bons filmes de ficção científica, mas discursos e regras, formulados e controlados segundo parâmetros estabelecidos por humanos que delimitam suas funções por meio das lógicas mercadológicas das grandes empresas de comunicação digital.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Qu'est-ce qu'un dispositif?* Paris: Payot & Rivages, 2014. [Collection Rivages poche/Petite Bibliothèque]
- BERTIN, Erik; GRANIER, Jean-Maxence. La sémiotique, une nouvelle chance pour la société numérique? In: BIGLARI, Amir (Direction). *La sémiotique et son autre*. Paris Ile: Éditions Kimé, 2019. p. 317-337.
- CANCLINI, Néstor García. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. *Parágrafo: Revista do Mestrado Profissional em Jornalismo - FIAM-FAAM*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: EdUC; Pontes, 1992.

LEVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Ed.34, 1996.

LEVY, Pierre. Préface: Critique et visionnaire: le double regard des sciences humaines. In: VIAL, Stéphane. *L'être et l'écran: comment le numérique change la perception*. Paris: PUF, 2013. p.11-18.

PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Org. Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. Campinas: SP: Pontes, 2021.

TEIXEIRA, Lucia. Notas para uma semiótica do espaço digital. In: TEIXEIRA, Lucia; BARROS, Diana Luz Pessoa de (orgs.). *O discurso das mídias digitais: funcionamento e circulação*. São Paulo: Líquido Editorial, 2023. [Coleção ALFAL: Além das fronteiras.]

TEIXEIRA, Lucia; COUTINHO, Mariana de Souza. Artes plásticas nas redes sociais. Comunicação apresentada na Sessão de Comunicação do GT Semiótica, 37o Encontro Nacional da ANPOLL, Niterói, UFF, 2023.

Recebido em 25 de junho de 2024
Aceito em 27 de setembro de 2024